



CORSAN PARA O FUTURO





CORSAN PARA O FUTURO



Índice

- 5** Apresentação — Uma decisão para o futuro
- 6** O que mudou no mercado de saneamento?
- 7** Quais são as novas exigências?
- 8** O que a Corsan fez recentemente?
- 10** O que a Corsan investe atualmente é suficiente?
- 11** Qual é o risco se a empresa perder capacidade de investir?
- 12** Qual é o volume de investimento exigido pelas novas metas?
- 14** Como a falta de capacidade financeira da Corsan impacta a prestação de serviços?
- 16** A Corsan pode virar uma nova CEEE se o Estado perder o momento para a privatização?
- 18** O que o governo do Estado está propondo para o futuro da Corsan?
- 20** Quais os benefícios da privatização da Corsan para a sociedade gaúcha?
- 21** Perguntas e respostas
- 23** Expediente



Uma decisão para o futuro

A Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) é a empresa estatal, pertencente ao governo do Estado, que cuida do abastecimento de água e da coleta e tratamento de esgotos em 317 municípios gaúchos. São elas, as cidades, que comandam e decidem com quem será operado o saneamento. Algumas prefeituras têm as suas próprias autarquias, empresas públicas, departamentos ou até mesmo já efetuaram a concessão da operação dos serviços de saneamento para empresas privadas.

Ao longo da história, os municípios gaúchos encaminharam a prestação de serviço de saneamento com a Corsan, via convênio com o Estado, sem qualquer leilão ou licitação, porque, como a empresa é pública, podiam contratar diretamente, sem processos licitatórios. Atualmente, 317 municípios estão nesta situação de contratualização com a companhia. No ano passado, no entanto, mudaram radicalmente as regras do jogo do setor no Brasil, com a aprovação do novo Marco Regulatório do Saneamento. A atualização da legislação afetou a lógica de se ter uma empresa pública para poder organizar o serviço de saneamento.

E foi além: ampliou o poder e o dever dos municípios em relação aos compromissos de universalização do sistema. As cidades e as concessionárias agora têm a obrigação legal de, até 2033, tratar 90% do esgoto e levar água tratada a 99% da sua população. Muito embora tenha investido o maior valor da sua história em 2020, com um aporte de R\$ 417 milhões na ampliação das suas estruturas, o fato é que a Corsan necessita levantar recursos junto ao mercado para dar conta destas novas exigências de universalização, o que exigiria triplicar o nível atual de investimento da companhia.

Por isso, o governo do Estado iniciou a discussão com a sociedade para desestatizar a Corsan. O objetivo é fazer uma oferta pública de ações (IPO), capitalizar a companhia e posteriormente vender ações em um volume em que o governo deixará de ser o controlador, mas manterá posição como acionista de referência, com a qual continuará presente na definição dos destinos da companhia.

A nova Corsan que nascerá deste processo será uma companhia com capacidade financeira para investir R\$ 10 bilhões em Capex (expansão), que multiplicarão obras pelo Estado nos próximos anos, gerando diretamente milhares de empregos e destravando o potencial construtivo de muitas regiões. Essas obras irão impulsionar a construção civil e gerar outros milhares de empregos indiretamente. A operação será uma oportunidade para dar impulso à retomada mais forte e rápida da economia do Estado. O que iremos propor para a empresa é o melhor para ela, para os municípios, para as pessoas e para todo o Rio Grande do Sul.

Eduardo Leite

Governador do Rio Grande do Sul

**O que iremos
propor para a
empresa é o melhor
para ela, para os
municípios, para as
pessoas e para todo
o Rio Grande do Sul.**

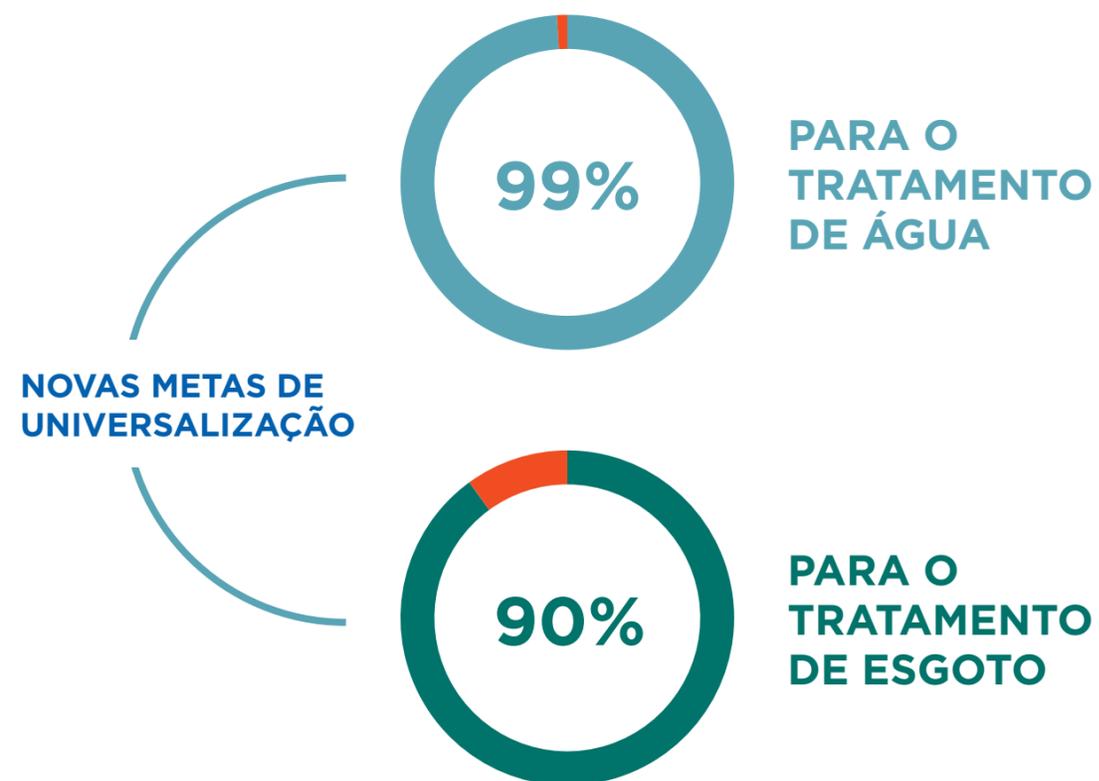


O QUE MUDOU NO MERCADO DE SANEAMENTO?

O novo **Marco Regulatório**

Aprovada em 2020, a Lei 14.026 — que passou a ser conhecida como **Marco Regulatório do Saneamento** — praticamente reinventou o mercado de saneamento no Brasil. Entre as mudanças que o regramento legal impõe ao setor, estão as novas metas de universalização dos serviços.

Passa a ser obrigatório, **até 2033**, que as cidades cumpram patamares elevados de oferta dos serviços:



QUAIS SÃO AS NOVAS EXIGÊNCIAS?

O **Marco Regulatório** vai além das metas de universalização.

O que não muda

- A água segue como um bem público
- O poder de conceder os serviços permanece com o município

O que muda

- Os atuais contratos entre prefeituras e concessionárias precisam ser aditados até março de 2022
- Concessionárias devem demonstrar capacidade econômico-financeira de que irão cumprir as exigências dos novos contratos
- Novas metas de redução de perdas e de qualidade na prestação de serviços

Novos parâmetros



Rigor no cumprimento de metas



Velocidade de investimento



Capacidade econômico-financeira comprovada



O QUE A CORSAN FEZ RECENTEMENTE?

Nos últimos anos, a Corsan adotou uma estratégia administrativa com foco na eficiência da gestão, com dois objetivos bem claros, que materializam o compromisso de atender os clientes e aumentar a transparência:

1.

Melhorar a qualidade dos serviços

Acelerar as entregas e tornar as operações mais eficientes

2.

Melhorar a governança corporativa

Captar recursos e estabelecer parcerias com a iniciativa privada

ESFORÇO PARA INVESTIR

A Corsan já iniciou um plano de investimentos, que deverá ser ampliado para dar conta das exigências do Marco Regulatório do Saneamento.

R\$ 417 milhões em investimentos em 2020

Maior da história e em plena pandemia

R\$ 600 milhões captados em debêntures

Captar recursos e estabelecer parcerias com a iniciativa privada

Para acelerar os investimentos, a companhia já havia firmado **Parceria Público-Privada (PPP)**. Um exemplo foi a PPP para a Região Metropolitana.

R\$ 2 bilhões
em investimentos

1,7 milhão
de pessoas beneficiadas

Maior empresa de saneamento do Brasil vence PPP da Corsan

Consócio liderado pela paulista Aegea ganhou concorrência e investirá R\$ 2,2 bilhões em saneamento ao longo de 35 anos. Será responsável a partir de 2020 pela manutenção e ampliação da rede de nove municípios da Região Metropolitana. | 6, 20 e 25

ZH, 30/12/2019



O QUE A CORSAN INVESTE ATUALMENTE É SUFICIENTE?

Não.

A companhia precisa **triplicar a média histórica anual** para conseguir dar velocidade e alcance às obras que levarão as cidades do Rio Grande do Sul a cumprir as metas definidas pelo Marco Regulatório do Saneamento.

| Investimento em milhões de R\$ | | | | |
|--------------------------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| | 2018 | 2019 | 2020 | Total |
| Abastecimento de água | 100,246 | 110,290 | 123,963 | 334,499 |
| Saneamento sanitário | 203,403 | 189,172 | 226,945 | 619,520 |
| Desenvolvimento | 60,476 | 32,760 | 66,055 | 159,291 |
| Total | 364,125 | 332,222 | 416,693 | 1.113,310 |

Fonte: Relatório de Administração

Qual é o risco se a empresa perder capacidade de investir?

Perder contratos e patrimônio público.

Sem capacidade de financiamento – seja por falta de recursos, pelo esgotamento das linhas de crédito tradicionais ou por insuficiência de geração de caixa –, a empresa não investe no ritmo determinado pela universalização.

Até março de 2022, a Corsan precisará assinar aditivos contratuais com os 317 municípios, assumindo dispor de condições de cumprir as novas metas, com a apresentação de garantia explícita de ter capacidade econômica e financeira para realizar os investimentos contratados pelos municípios.

Sem os contratos, a empresa perde capacidade operacional e, conseqüentemente, patrimônio, que é público.

Sem **R\$ 1 bilhão** por ano, a Corsan pode perder contratos com **317 municípios**.

O risco Não se adaptar ao ritmo de entregas e perder contratos.



QUAL É O VOLUME DE INVESTIMENTO EXIGIDO PELAS NOVAS METAS?

Estima-se que a Corsan necessite de **R\$ 1 bilhão a mais por ano** para imprimir um programa de investimentos no ritmo exigido. É necessário **ampliar e renovar as fontes de financiamento**.

O desafio do plano de investimentos

A empresa estabeleceu um programa de investimento até 2033, que é o prazo fixado pelo Marco Regulatório do Saneamento, investimentos que chegam a **R\$ 10 bilhões**. Quase metade deste valor seria desembolsada no curto prazo, até 2024.

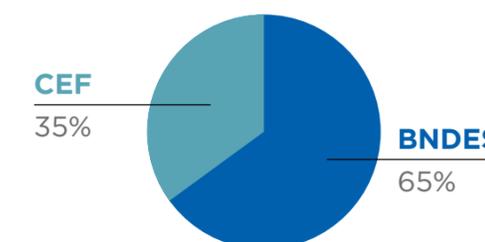
| Plano de investimentos até 2033 em milhões de R\$ | | | | | | | |
|---|------------|--------------|--------------|--------------|------------|--------------|--------------|
| | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025-33 | Total |
| Água | 150 | 291 | 321 | 314 | 328 | 2.314 | 3.718 |
| Esgoto | 245 | 843 | 704 | 762 | 463 | 2.756 | 5.773 |
| Total | 417 | 1.134 | 1.025 | 1.076 | 791 | 5.070 | 9.491 |

A necessidade de renovação das fontes

Além de ampliar o fluxo de recursos para garantir os novos investimentos, é necessário buscar novos investidores ou fontes de financiamento, na medida em que as fontes tradicionais — geralmente públicas — são escassas e estão esgotadas.

Atualmente, a **dívida de R\$ 579,8 milhões** da empresa está dividida entre Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Perfil da dívida de R\$ 579,8 milhões



Não basta, porém, dispor dos recursos — a empresa deve aplicá-los de maneira **eficiente e rápida**. O histórico das linhas de financiamento com a Caixa Econômica Federal, por exemplo, mostra que não foi possível utilizar mais que 15% dos volumes de crédito aprovados.

É preciso também:

-  Qualificar projetos de engenharia
-  Qualificar a execução das obras
-  Aumentar a produtividade operacional
-  Diminuir impacto das obras, como programação de intervenções e recomposição do asfalto



COMO A FALTA DE CAPACIDADE FINANCEIRA DA CORSAN IMPACTA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS?

Desempenho indesejável

A falta de investimentos nos últimos anos fez com que a **Corsan ficasse para trás na comparação com outras empresas** na oferta dos serviços públicos de tratamento de água e de esgoto.

Um destaque negativo do desempenho da empresa, usando como comparação a própria média geral do Estado: enquanto a Corsan trata esgoto de 17% da população das cidades atendidas, a média em todo o Rio Grande do Sul é de 32,3%.

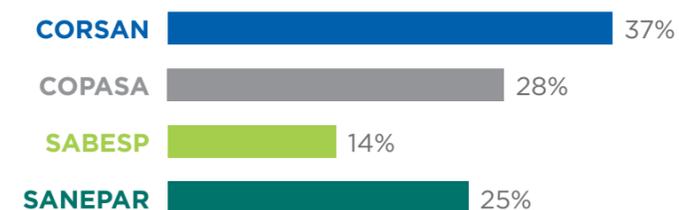
| | Fornecimento de água* | Tratamento de esgoto* |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Brasil | 83,7% | 54,1% |
| RS | 86,9% | 32,3% |
| Corsan | 97% | 17% |
| Rio de Janeiro | 90,7% | 64,4% |
| Minas Gerais | 82,6% | 73,1% |
| São Paulo | 96,2% | 90,3% |
| Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento | | |
| *Percentual da população total beneficiada em 2019 | | |

Baixos indicadores de desempenho

O baixo nível de investimento nos últimos anos afetou alguns dos principais indicadores de desempenho da empresa.

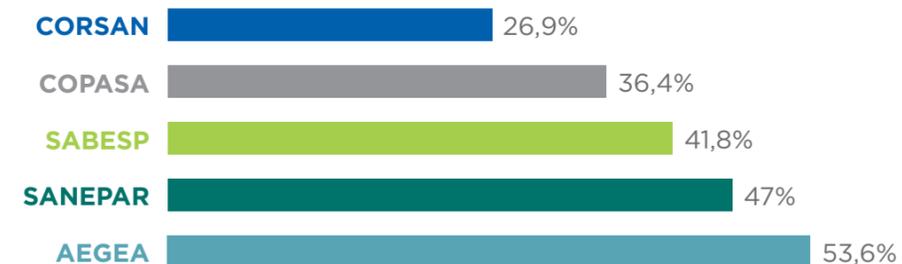
Maior gasto com pessoal

Gasto com pessoal sobre receita líquida 2019



Menor lucratividade

Margem EBIDTA 2019



Necessidade de reduzir perdas

Índice de perdas de distribuição





A CORSAN PODE VIRAR UMA NOVA CEEE SE O ESTADO PERDER O MOMENTO PARA A PRIVATIZAÇÃO?

O governo do Estado encaminhou o processo de privatização da CEEE. No caso da CEEE-Distribuição, a empresa chegou ao processo de venda com graves problemas financeiros, incapacidade de honrar os seus compromissos contratuais e, ainda por cima, devendo ao Estado o ICMS cobrado dos clientes.

Há risco de a Corsan se tornar um caso ainda mais grave do que o da CEEE, justamente diante da complexidade da operação gerada pela existência de contratos com 317 municípios diferentes, o que potencializa o risco financeiro.



Passivo trabalhista



Passivo previdenciário

O tamanho da dívida trabalhista

Os passivos trabalhistas acumulam-se na Corsan.

Eles decorrem de ações referentes a equiparações salariais por desvios de função, processos de ascensão e promoções e pagamento de horas extras que poderiam ser evitados com uma gestão de RH alinhada com as melhores práticas de mercado.

No regime jurídico atual, há uma quase inexistência de mecanismos eficazes de incentivo à produtividade e de sanção pela baixa performance individual, tornando esse sistema incompatível com o regime competitivo de mercado previsto no novo Marco Regulatório do Saneamento.

R\$ 200 milhões

é a média anual de pagamento de dívidas trabalhistas

R\$ 1 bilhão

foram pagos nos últimos cinco anos, sendo R\$ 220 milhões em 2019

R\$ 695 milhões

de passivos trabalhistas já provisionados em balanço, mas sem considerar a totalidade das ações já ajuizadas

O tamanho do passivo previdenciário

As obrigações da empresa como patrocinadora da Fundação Corsan de Previdência levaram à formação de um passivo de R\$ 677 milhões, que pressiona o caixa da empresa e indica a necessidade de uma reformulação.

É importante destacar que a Corsan opera, atualmente, com 55 carreiras diferentes de empregados, o que torna complexa e onerosa a gestão dos recursos humanos.

R\$ 677 milhões

de passivo previdenciário



O QUE O GOVERNO DO ESTADO ESTÁ PROPONDO PARA O FUTURO DA CORSAN?

Diante da necessidade inevitável de a empresa adaptar-se às exigências do novo Marco Regulatório do Saneamento, o governo do Estado realizará um IPO (oferta pública inicial de ações), com uma parcela primária (injeção de capital na Corsan) e uma parcela secundária (venda de ações pelos atuais acionistas).

Concluídas, elas levarão ao surgimento de uma **nova Corsan**, adaptada aos desafios do mercado de saneamento no Brasil e capaz de dar conta das metas de universalização previstas nos contratos de prestação de serviços.

Com a operação, a companhia passará a exibir a **eficiência do setor privado**, sem perder a **influência do setor público** sobre o negócio e a oferta estratégica de serviços que são de interesse da população.

Novo regime jurídico

O governo do Estado acelerará a **tramitação de uma Proposta de Emenda Constitucional** na Assembleia Legislativa que retira a obrigatoriedade de realização de plebiscito para a privatização da Corsan.

Vencida esta etapa, o governo do Estado proporá **projeto de lei que discipline a desestatização**.

IPO

Atual acionista controlador, o governo do Estado encaminhará uma operação de abertura de capital (IPO), com **capitalização de R\$ 1 bilhão**. Posteriormente, fará a venda de parcela relevante das ações, mudando a sua condição como acionista. Deixará de ser um acionista controlador para ser um **acionista de referência**, que tem peso decisório relevante nas definições estratégicas da companhia.

O caminho da transformação

1. Retirada da obrigação da realização de plebiscito para privatizar



2. Aprovação de lei definindo regras para a privatização da Corsan



3. Abertura de capital (IPO) para captar cerca de R\$ 1 bilhão



4. Venda de controle, com o governo passando a ser acionista de referência



QUAIS OS BENEFÍCIOS DA PRIVATIZAÇÃO DA CORSAN PARA A SOCIEDADE GAÚCHA?

Além de o Rio Grande do Sul ganhar impulso para atender às metas de universalização previstas no Marco Regulatório do Saneamento, o novo regime jurídico da Corsan e a sua nova formatação societária gerarão impactos econômicos e sociais relevantes para a população gaúcha.

Impactos

1. **R\$ 10 bilhões** em investimentos, com universalidade de serviço de água e esgoto
2. **Geração de empregos diretos e indiretos**, dentro de um contexto de retomada econômica pós-Covid
3. Destruar **potencial construtivo de regiões** com limites de expansão, como no Litoral Norte
4. Suporte ao **aumento do turismo** em todo o Estado, com mais abastecimento e esgoto
5. **Ganhos de sustentabilidade**, na medida em que melhora a proteção de mananciais
6. **Diminuir o impacto de futuras estiagens**, com um plano de segurança hídrica
7. Cada **R\$ 1 gasto em saneamento básico economiza R\$ 4** em saúde (OMS)
8. **Impacto no IDH e na competitividade**, com inclusão social e redução de desigualdade
9. **Incentivo à tecnologia e à inovação**

PERGUNTAS E RESPOSTAS

A água vai ser privatizada?

A água é um bem público e pertence, por determinação constitucional, aos municípios, Estados e União, dependendo da localização e da abrangência geográfica. Neste contexto, **não pode ser privatizada**. Sua exploração é um negócio regulado, e empresas como a Corsan estão sujeitas a cinco agências reguladoras, além da fiscalização dos órgãos de controle.

A tarifa da água aumentará?

Não é em função da privatização que a tarifa de água pode aumentar. **A tarifa é definida pelos órgãos reguladores**, não pelas operadoras.

Por que a Corsan precisa ser privatizada para realizar os investimentos do setor?

A Corsan tem um plano de investimentos de R\$ 10 bilhões até 2033 para cumprir as metas estabelecidas pelo novo Marco Regulatório do Saneamento, dos quais R\$ 6 bilhões são para a expansão de seu sistema de tratamento de esgoto. Esse recurso precisa vir de alguma fonte. **A Corsan, na situação atual, não gera caixa suficiente para fazer frente a investimentos** dessa magnitude. Por isso, necessita de financiamento de mercado, sendo que os agentes financeiros avaliam positivamente uma situação na qual o governo do Estado não seja o acionista controlador, mas o acionista de referência. Portanto, é possível dizer que as empresas privadas têm uma capacidade de mobilização financeira que não se verifica nas estatais.

Outra possibilidade seria os investimentos virem do caixa do governo do Estado, porém isso significaria redirecionar recursos da educação ou da saúde, por exemplo, para investir na Corsan. A situação fiscal do Rio Grande do Sul é frágil, e **o foco da administração estadual precisa ser em funções que o mercado não oferece**. Além disso, mesmo que houvesse os recursos próprios, a Corsan não demonstra, historicamente, eficiência para realizar as obras na velocidade demandada. Em seu melhor ano da história em termos de investimento e realização de obras (2020), foram aplicados R\$ 417 milhões, e é preciso triplicar esse nível.



O que acontecerá com os funcionários da companhia?

No dia seguinte ao IPO (oferta pública de ações), a Corsan continua a existir como a mesma pessoa jurídica anterior à abertura de capital. **Os funcionários, portanto, são mantidos.** Porém, é importante dizer que a empresa precisa ter capacidade de implementar uma política de gestão de pessoas aderente aos níveis de eficiência exigidos para os próximos anos.

O Fundo de Previdência dos funcionários da empresa será extinto?

O Fundo de Previdência, mesmo sem privatização, **precisará de adaptações.** O atual plano de benefício definido, que garante um benefício predefinido mesmo que seja usufruído pelo empregado no futuro, gera déficits constantes e chamadas a contribuições extras, tanto pela patrocinadora, a Corsan, quanto pelos empregados, gerando insatisfações de ambos os lados. O plano é criar um plano de contribuição definida, no qual tanto a patrocinadora quanto os patrocinados saibam quanto contribuem mensalmente, e fazer um plano de incentivo à migração. Estima-se que a maioria dos empregados ativos migrem, com base em sinalizações da própria Funcorsan.

O dinheiro obtido com o IPO ficará na Corsan ou irá para os cofres do Estado?

A emissão de novas ações pela empresa — chamada tecnicamente de “componente primário” — estimada em R\$ 1 bilhão, a depender do mercado, **ingressará no caixa da Corsan** e será utilizada para investimentos.

Ao deixar de ser acionista controlador e virar acionista de referência, o governo do Estado receberá uma receita extraordinária?

O governo, ao vender parcela secundária de 70% de participação, **recebe a parcela que lhe cabe como proprietário dessas ações, como na venda de qualquer ativo.** No momento seguinte, ao deter 30%, fará jus aos dividendos que foram distribuídos a partir de então, referentes aos lucros auferidos pela Corsan no futuro.

CORSAN PARA O FUTURO

Produção e execução:
Secretaria de Comunicação



